



Boletim do CeCAC

Centro Cultural Antonio Carlos Carvalho

Av. 13 de maio, 13/sala 1903 - Cinelândia - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20031-000
www.cecac.org.br cecac@terra.com.br Tel: (21) 2524-6042

Órgão informativo - Ano XVI - nº2, Junho 2011

Violência no campo no Brasil

Os assassinatos das lideranças rurais José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva (dia 24), Adelino Ramos (dia 27) e do jovem Herenilton Pereira dos Santos, no final do mês de maio, são algumas das mais recentes demonstrações da violência com que as classes dominantes brasileiras tratam os trabalhadores no país.

O casal foi assassinado com tiros na cabeça numa emboscada em Nova Ipixuna, no sul do Pará, sendo que José Claudio teve parte da orelha decepada (como fazem de costume os pistoleiros para provarem a morte aos mandantes do crime); sobrevivente do massacre de Corumbiara (1995), Adelino foi morto com seis tiros, e Herenilton, ficou desaparecido do assentamento após a morte do casal, e seu corpo foi encontrado no dia 28. O jovem possivelmente tenha presenciado o assassinato de José Claudio e Maria do Espírito Santo.

Apesar de algumas tentativas de desvincular a imagem da agroindústria da violência no campo - e procurarem emprestar-lhe uma outra, simpática, de desenvolvimentismo e modernidade -, os conflitos envolvendo terra no país não podem ser computados apenas a um grupo de "retrógrados ruralistas" brasileiros.

Na prática, e com tendência a cada vez mais se acentuar, é o complexo agroindustrial, a extração de minerais, petróleo - a produção de *commodities* - que se expande e com intensa violência e desprezo pela vida dos trabalhadores. E não só no campo como na cidade, vide, como exemplo, os assassinatos de pescadores na Baía de Guanabara (em 2009 e 2010) também relatados pela CPT e as ameaças e intimidações da ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) contra os trabalhadores, moradores de baixa renda de Santa Cruz após denunciarem a "chuva de pó prateado" (de ferro) - que acarreta graves danos à saúde - disseminada pela empresa no bairro do Rio de Janeiro onde se instalou.

Em recente artigo (FSP 4/6/2011), o ex-ministro da Agricultura do governo Lula e coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Roberto Rodrigues, ressalta a expansão desse setor da economia estimulado pelo "bom preço das *commodities* em geral". Com todas as letras e sem deixar dúvidas, registra o grande interesse do setor financeiro pela agroindústria e aponta para a "nova fronteira agrícola por abrir" em países como o Brasil (que tem além dos 72 milhões de hectares cultivados e "mais 93 milhões por cultivar") e também em outros - africanos e do leste europeu.

Se até aqui o enorme êxodo rural que vem ocorrendo há algumas décadas, deslocando grande parte da população do campo para as cidades, foi acompanhado de inúmeros e intensos conflitos no campo envolvendo os que - desprotegidos - resistem, tentam sobreviver em suas terras e sofrem a violência das classes dominantes e do Estado, o que esperar dessa nova fase de reconfiguração da economia brasileira em curso e com a especialização brasileira na produção de *commodities* para exportação?

O mesmo Estado que garante a expansão e está sempre pronto a atender aos interesses do setor de produção de *commodities* é o que informa que não tem como proteger os camponeses ameaçados de morte. Dezenas de bilhões de reais são drenados para financiar a agroindústria e para garantir a infraestrutura para sua produção e exportação, que gerará enormes lucros a um punhado de já milionários - ou mesmo bilionários - e alguns empregos a um restrito número de trabalhadores, desempregando e tomando terras de milhões de camponeses. E ressalte-se que é uma produção essencialmente voltada para o mercado externo. Por outro lado, faltam alguns poucos milhões de reais para garantir a vida de camponeses e suas lideranças, que lutam por uma vida digna, ameaçadas pelos jagunços e pistoleiros a serviço da "moderna" agricultura e pecuária brasileira. Não é uma questão de falta de recursos. É a lógica do desenvolvimento capitalista, com a violenta concentração de capital,

16/junho

Violência no campo

Filme e Debate:

Massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás



Quinta, às 18h30

30/junho

Filme e Debate:

Pro dia nascer feliz

Documentário sobre a realidade das escolas no Brasil De João Jardim. Brasil, 2006



Quinta, às 18h30

Grupos de trabalho e estudo sobre

MARXISMO & lutas populares

Entre em contato para participar



CeCAC aberto
De segunda à sexta, entre 14h e 18h

riqueza, terra e com a sua contrapartida de violenta intensificação da exploração. O Brasil alcança o posto de sexta maior economia do mundo com a marca do sangue dos trabalhadores e essa condição não pode ser naturalizada nem esquecida.

No CeCAC, no próximo dia 16, realizaremos uma atividade de solidariedade a luta dos trabalhadores e contra a violência no campo. Apresentaremos documentários que registraram dois desses violentos conflitos no campo: o massacre de Corumbiara (em que Adelino Ramos era um dos sobreviventes) e o de

Eldorado dos Carajás.

Como denuncia a recente nota da CPT, "A morte é uma decorrência do modelo de exploração econômica que se implanta a ferro e fogo. Os que tentam se opor a este modelo devem ser cooptados por migalhas ou promessas, como ocorre em Belo Monte, silenciados ou eliminados".

A seguir, transcrevemos na íntegra a nota da Comissão Pastoral da Terra. Os relatórios completos dos Conflitos de 2009 e 2010 estão disponíveis no sítio da CPT - <http://www.cptnacional.org.br/index.php>.

O Estado não pode lavar as mãos diante de mortes anunciadas

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) reputa como muito estranhas as afirmativas de representantes da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Pará, do Ibama e do Incra que disseram no dia 25 de maio desconhecer as ameaças de morte sofridas pelos trabalhadores José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, assassinados a mando de madeireiros no dia 24, em Nova Ipixuna (PA). O ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, chegou a afirmar que o casal não constava de nenhuma relação de ameaçados em conflitos agrários, elaborada pela Ouvidoria ou pela Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo.

A CPT, que desde 1985 presta um serviço à sociedade brasileira registrando e divulgando um relatório anual dos conflitos no campo e das violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras, com destaque para os assassinatos e ameaças de morte, desde 2001 registrou entre os ameaçados de morte o nome de José Claudio. Seu nome aparece nos relatórios de 2001, 2002 e 2009. E nos relatórios de 2004, 2005 e 2010 constam o nome dele e de sua esposa, Maria do Espírito Santo. Pela sua metodologia, a CPT registra a cada ano só as ocorrências de novas ameaças.

Também o nome de Adelino Ramos, assassinado no dia 27 de maio, em Vista Alegre do Abunã, Rondônia, constou da lista de ameaçados de 2008. Em 22 de julho de 2010, o senhor Adelino participou de audiência, em Manaus, com o Ouvidor Agrário Nacional, Dr. Gercino Filho, e a Comissão de Combate à Violência e Conflitos no Campo e denunciou as ameaças que vinha sofrendo constantemente, inclusive citando nomes dos responsáveis pelas ameaças.

No dia 29 de abril de 2010, a CPT entregou ao ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, os dados dos Conflitos e da Violência no Campo, compilados nos relatórios anuais divulgados pela pastoral desde 1985. Um dos documentos entregue foi a relação de Assassinatos e Julgamentos de 1985 a 2009. Até 2010, foram assassinadas 1580 pessoas, em 1186 ocorrências. Destas somente 91 foram a julgamento com a condenação de apenas 21 mandantes e 73 executores. Dos mandantes condenados somente Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser um dos mandantes do assassinato de Irmã Dorothy Stang, continua preso.

As mortes no campo podem se intitular de Crônicas de mortes anunciadas. De 2000 a 2011, a CPT tem registrado em seu banco de dados

ameaças de morte no campo, contra 1.855 pessoas. De 207 pessoas há o registro de terem sofrido mais de uma ameaça. E destas, 42 foram assassinadas e outras 30 sofreram tentativas de assassinato. 102 pessoas, das 207, foram ou são lideranças e 27 religiosos ou agentes de pastoral.

O que se assiste em nosso país é uma contra-reforma agrária e é uma falácia o tal desmatamento zero. O poder do latifúndio, travestido hoje de agronegócio, impõe suas regras afrontando o direito dos posseiros, pequenos agricultores, comunidades quilombolas e indígenas e outras categorias camponesas. Também avança sobre reservas ambientais e reservas extrativistas. O apoio, incentivo e financiamento do Estado ao agronegócio, o fortalece para seguir adiante, acobertado pelo discurso do desenvolvimento econômico que nada mais é do que a negação dos direitos fundamentais da pessoa, do meio ambiente e da natureza. Isso ficou explícito durante a votação do novo Código Florestal que melhor poderia se denominar de Código do Desmatamento. Além de flexibilizar as leis, a repugnante atitude dos deputados ruralistas, que vaiaram o anúncio da morte do casal, vem reafirmar que o interesse do grupo está em garantir o avanço do capital sobre as florestas, pouco se importando com as diferentes formas de vida que elas sustentam e muito menos com a vida de quem as defende. A violência no campo é alimentada, sobretudo, pela impunidade, como se pode concluir dos números dos assassinatos e julgamentos. O poder judiciário, sempre ágil para atender os reclamos do agronegócio, mostra-se pouco ou nada interessado quando as vítimas são os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

A morte é uma decorrência do modelo de exploração econômica que se implanta a ferro e fogo. Os que tentam se opor a este modelo devem ser cooptados por migalhas ou promessas, como ocorre em Belo Monte, silenciados ou eliminados.

A Coordenação Nacional da CPT vê que na Amazônia matar e desmatar andam juntos. Por isso exige uma ação forte e eficaz do governo, reconhecendo e titulando os territórios das populações e comunidades amazônicas, estabelecendo limites à ação das madeireiras e empresas do agronegócio em sua voracidade sobre os bens da natureza. Também exige do judiciário medidas concretas que ponham um fim à impunidade no campo.

Goiânia, 30 de maio de 2011.

A Coordenação Nacional da CPT